

# CONJUNTURA



LATITUDE  
SUL

04  
2021



# CONJUNTURA LATITUDE SUL

ISSN 2526-5822

O Conjuntura Latitude Sul é uma publicação mensal voltada ao acompanhamento das notícias relacionadas aos temas de pesquisa dos grupos que integram a plataforma LATITUDE SUL (GRISUL, LABMUNDO, NEAAPE, OPSA).

A publicação é destinada ao monitoramento dos seguintes temas:

América do Sul: política externa e política doméstica; Política externa brasileira; Internacionalização das políticas públicas; Direitos Humanos; Gênero e relações internacionais; Migrações; Cooperação internacional para o desenvolvimento e cooperação sul-sul; Política externa em perspectiva comparada (em particular, África do Sul, China, Índia, México e Turquia); Meio ambiente e desenvolvimento sustentável na agenda internacional.

A publicação é vinculada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ (IESP/UERJ) e ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UNIRIO.

## Corpo Editorial

**Editora Executiva:** Bruna Soares de Aguiar

**Conselho Editorial:** Carlos R. S. Milani, Enara Echart Muñoz, Fernanda Cristina Nanci Izidro Gonçalves, Leticia Pinheiro, Maria del Carmen Villarreal Villamar, Maria Regina Soares de Lima, Marianna Restum Antonio de Albuquerque, Rubens de S. Duarte.

**Editoria de Redação:** Alice Vieira Lima Cavalcante, Amanda Pereira Pinto, Amanda Silvestre, André Pimentel Ferreira Leão, Andrés Londoño Niño, Beatriz Bandeira de Mello Souza e Silva, Beatriz Pontes, Bruna Soares de Aguiar, Caio Samuel Milagres Soares, Diogo Ives de Quadros, Eduarda Lattanzi Menezes, Eduardo Morrot, Gabriel Fragoso, Ghaio Nicodemos Barbosa, Giovana Esther Zucatto, Giovanna Lucio Monteiro, Henrique Rabello de Carvalho, Hugo Bras Martins da Costa, Jefferson Nascimento, Juliana de Sant'Anna Cunha, Juliana Pinto Lemos da Silva, Kayo Moura da Silva, Leandro Wolpert dos Santos, Leilane Nascimento dos Reis Santos, Luã Braga de Oliveira, Lucca Fantuzzi Soares, Marcelly Firmino, Márcia Miranda Charneski, Marília Closs, Murilo Gomes da Costa, Nicolli Bernardes Ribeiro, Pablo Saturnino Braga, Patrícia Porto de Barros, Pedro Lange Netto Machado, Renata Albuquerque Ribeiro, Roger Lucas Correa Martins, Thaís Jesinski Batista.

O Latitude Sul está localizado no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ).

Rua da Matriz 82, Botafogo

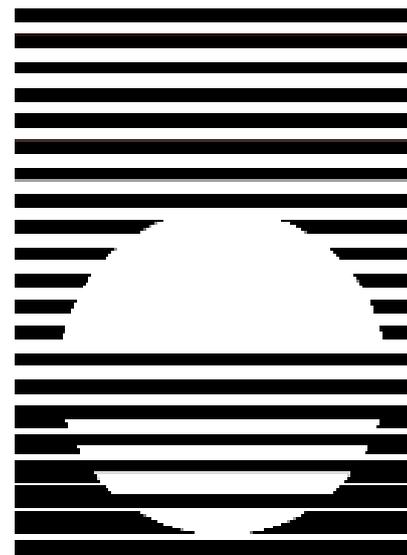
Rio de Janeiro, RJ

CEP: 22260-100 – Brasil

Tel: +55 (21) 2266-8300

**LATITUDE SUL**

[latsul.org](http://latsul.org)



## SUMÁRIO

### Página 04

Carlos Alberto França assume como novo chanceler brasileiro

Contra quebra de patentes, Brasil apoia proposta alternativa na OMC para acelerar distribuição de vacinas para a Covid-19

### Página 05

Diferentes atores políticos brasileiros manifestam-se sobre a Cúpula de Líderes sobre o Clima

As contradições Brasil-EUA em matéria climática permanecem sob Biden-Harris

### Página 06

Guillermo Lasso é eleito presidente do Equador

Primeiro turno das eleições presidenciais no Peru indica polarização entre direita e esquerda

### Página 07

Caso Vacunagate tem desfecho negativo para o ex-presidente peruano Martín Vizcarra

Eleições regionais na Bolívia mostram perda de espaço do Movimento ao Socialismo (MAS)

Sob liderança de Evo Morales, movimentos sociais fundam a Runasur

### Página 08

Uruguai propõe flexibilizar o Mercosul

Na Colômbia, protestos e greve irrompem no pior momento da pandemia

### Página 09

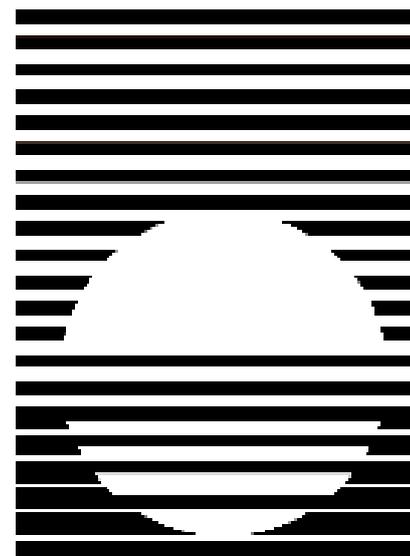
Mobilização de movimentos sociais no Sul Global permanecem na fase crítica da pandemia

Manifestação no México pede fim de mineração em Áreas Naturais Protegidas

### Página 10

China reforça compromissos assumidos em matéria de mudanças climáticas na Cúpula do Clima

Projeto para incluir a população LGBTI+ no sistema de identificação nacional avança na África do Sul



## **Página 11**

África do Sul envia militares e SADC convoca Cúpula de emergência para enfrentar o terrorismo em Moçambique  
OMS enfrenta desafios na distribuição de vacinas no Sul Global

## **Página 12**

Rússia estabelece acordos para ampliar fornecimento da SputnikV  
Redes sociais excluem publicações a mando do governo indiano  
Organizações arrecadam doações para deslocados forçados e outros grupos em vulnerabilidade durante o Ramadã

## **Página 13**

Presidente turco causa incidente diplomático com presidenta da Comissão Europeia  
Conselho de Segurança da ONU é instado a punir violência sexual em conflitos



## Carlos Alberto França assume como novo chanceler brasileiro

No dia 6 de abril de 2021, Carlos Alberto França tomou posse como novo ministro de Relações Exteriores do Brasil, substituindo Ernesto Araújo que pediu demissão após pressões do Congresso. Em um discurso fechado no Palácio do Planalto, França deu indicações de quais serão as diretrizes da política externa durante a sua administração e atribuiu caráter de urgência a três temas: saúde, economia e meio ambiente. O novo chanceler afirmou que o Itamaraty se empenhará em uma diplomacia da saúde, com vistas a conseguir vacinas, medicamentos e outros insumos no combate ao coronavírus. No âmbito econômico, França apontou a necessidade de modernizar a economia através de uma maior integração às cadeias globais e liberalização comercial. Em relação ao meio ambiente, o novo ministro declarou que o Brasil se manterá na estratégia de desenvolvimento sustentável, dando ênfase à matriz energética majoritariamente renovável do país. Alberto França, que em discurso direcionado aos diplomatas pediu coesão institucional e diálogo, optou por poucas mudanças administrativas no Itamaraty e manteve a maioria dos cargos, com modificações pontuais nos postos de secretário-geral, que será comandado pelo embaixador Fernando Simas, e de chefe de gabinete, para o qual nomeou o embaixador Achilles Zaluar. Além disso, o diplomata Augusto Pestana será o novo presidente da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX) e Otávio Brandelli o representante do Brasil na OEA, o último sob a condição de aprovação do Congresso. A nomeação de França provocou reações. O ex-presidente Lula criticou a inexperiência do novo ministro, já os ex-chanceleres Aloysio Nunes, Celso Lafer e Celso Amorim e a presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado, Kátia Abreu (MDB-TO), receberam de forma relativamente positiva o discurso de posse de França, assim como a ausência de termos como conservadorismo e globalismo, antes utilizados por Araújo. O embaixador chinês no Brasil parabenizou o novo ministro e elogiou o início da sua gestão, sinalizando uma possível melhora das relações bilaterais.

Fontes: [Folha de S. Paulo](#), 23/03/2021; [Folha de S. Paulo](#), 27/03/2021; [Estadão](#), 28/03/2021; [Estadão](#), 28/03/2021; [G1](#), 28/03/2021; [G1](#), 29/03/2021; [Folha de S. Paulo](#), 29/03/2021; [O Globo](#), 31/03/2021.

## Contra quebra de patentes, Brasil apoia proposta alternativa na OMC para acelerar distribuição de vacinas para a Covid-19

No dia 8 de abril de 2021, o chanceler Carlos França confirmou, em comunicado à diretora-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), Ngozi Okonjo-Iweala, o apoio oficial do Brasil à proposta co-patrocinada por Austrália, Canadá, Chile, Colômbia, Equador, Nova Zelândia, Noruega e Turquia, que visa ampliar a produção e distribuição de vacinas contra a Covid-19, sem, contudo, suspender a proteção de patentes prevista no Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (TRIPS, sigla em inglês). O Brasil é contra a proposta defendida pela Índia e África do Sul que preconiza a quebra de patentes como solução imediata para a crise sanitária global. Segundo a proposta alternativa, Okonjo-Iweala deverá organizar um Fórum que reúna países, desenvolvedores e fabricantes de vacinas e medicamentos contra o vírus, representantes da Organização Mundial da Saúde (OMS) e outras entidades, para assegurar a identificação e o uso de capacidade instalada para a produção, facilitar acordos de licenciamento para a transferência de tecnologia, e resolver, de forma consensual, qualquer barreira comercial à produção e à distribuição desses produtos, inclusive os relacionados à propriedade intelectual. Em consonância com seu posicionamento externo, o governo brasileiro tem atuado domesticamente para impedir a aprovação de um projeto de lei que busca reformar a lei brasileira de propriedade intelectual de 1996, com vistas a facilitar e agilizar o licenciamento compulsório de vacinas e equipamentos no combate à Covid-19. Idealizado por parlamentares da oposição, o projeto também conta com o apoio de integrantes da base do governo e lideranças importantes no Legislativo, como a presidenta da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado, Kátia Abreu, o Conselho Nacional da Saúde (ligado ao Ministério da Saúde) e organizações da sociedade civil. Contra o projeto de lei se posicionam, além do governo brasileiro, representantes da indústria farmacêutica e associações do empresariado, como a Confederação Nacional da Indústria (CNI). O governo alega que a suspensão de patentes poderá prejudicar a reputação internacional do país. Apesar de ter sido aprovado no Senado Federal, a previsão é de que o projeto de lei seja engavetado na Câmara, dada a resistência manifestada pelo presidente da casa, Arthur Lira (Progressistas).

Fontes: [O Globo](#), 07/04/2021; [Folha de S. Paulo](#), 08/04/2021; [Folha de S. Paulo](#), 09/04/2021; [Folha de S. Paulo](#), 09/04/2021; [MRE](#), 09/04/2021; [Estadão](#), 29/04/2021; [Estadão](#), 01/05/2021.

## Diferentes atores políticos brasileiros manifestam-se sobre a Cúpula de Líderes sobre o Clima

Nos dias 22 e 23 de abril de 2021, foi realizada a Cúpula de Líderes sobre o Clima, evento convocado pela administração Biden-Harris, reunindo líderes de mais de 40 países para tratar meios para combater as mudanças climáticas. A participação do Brasil no evento foi antecedida por uma dinâmica doméstica agitada: diversos atores da política brasileira buscaram posicionar-se em relação ao tema no contexto da atual crise ambiental. Dias antes da realização do evento, governadores de 24 unidades federativas entregaram ao embaixador dos EUA no Brasil, Todd Chapman, uma carta endereçada a Biden, visando a estabelecer uma parceria com o governo estadunidense para tratar das emergências climáticas. Essa iniciativa, nomeada Coalizão Governadores pelo Clima e composta por líderes progressistas, moderados e conservadores, foi coordenada pelo representante do Espírito Santo, Renato Casagrande, que classifica essa proposta como “uma articulação de toda a sociedade”. O setor empresarial, por sua vez, incentivou a adoção de medidas mais ousadas por parte do governo brasileiro para a redução rápida do desmatamento, como a intensificação das fiscalizações. Contudo, devido à ausência de diálogo com os canais governamentais e ao receio de que o Brasil seja isolado no cenário internacional, a iniciativa privada estabeleceu medidas e acordos paralelos para reduzir os impactos negativos da atuação do governo federal. Dentre tais iniciativas, destacam-se a adoção de políticas e princípios de sustentabilidade como critério de concessão do crédito rural e a produção de madeira tropical. No que diz respeito ao posicionamento oficial adotado pela presidência, antes mesmo da realização da Cúpula, Jair Bolsonaro enviou uma carta ao chefe de Estado estadunidense, na qual prometia acabar com o desmatamento ilegal até 2030, além de solicitar apoio para mitigar os efeitos da mudança climática. Durante seu discurso na Cúpula do Clima, Bolsonaro também se comprometeu a tornar o Brasil um país de emissão neutra até 2050 e direcionar mais verbas para a fiscalização ambiental. No entanto, em 23 de abril, dia seguinte a seu discurso na reunião, Bolsonaro voltou a ser alvo de críticas por aprovar um corte de 24% do orçamento do Ministério do

Meio Ambiente, sendo que parte significativa desse contingenciamento, R\$ 11,6 milhões, faz parte do orçamento de fiscalização do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (Ibama).

Fontes: [Valor Econômico](#), 11/04/2021; [G1](#), 15/04/2021; [Folha de S. Paulo](#), 20/04/2021; [O Globo](#), 20/04/2021; [Estado de Minas](#), 21/04/2021; [CNN](#), 23/04/2021; [OIMC](#), 23/04/2021; [The Guardian](#), 24/04/2021; [BBC](#), 24/04/2021.

## As contradições Brasil-EUA em matéria climática permanecem sob Biden-Harris

Em 22 de abril de 2021, o presidente dos EUA, Joseph Biden, e seu homólogo brasileiro, Jair Bolsonaro, participaram do primeiro dia da Cúpula de Líderes sobre o Clima. Era esperado que fosse anunciado durante o evento um acordo entre o Brasil e os EUA para combater o desmatamento da floresta amazônica. Essas expectativas aumentaram após a carta de Bolsonaro, na qual o presidente brasileiro solicitou ajuda financeira de Biden para cumprir com o compromisso de acabar com o desmatamento ilegal no Brasil até 2030. Por sua vez, o presidente estadunidense, que adotou a mudança climática como uma das prioridades de seu governo depois de ter criticado as posições adotadas por Bolsonaro durante a campanha eleitoral, sofreu críticas devido ao possível encontro a portas fechadas com representantes do governo Bolsonaro. Esta tentativa de aproximação gerou manifestações negativas por parte de alguns senadores dos EUA, representantes de movimentos sociais e celebridades, que se pronunciaram por meio de cartas públicas e nas redes sociais. Nos EUA, 15 senadores assinaram um documento solicitando que qualquer ajuda econômica seja recusada até que Bolsonaro melhore os indicadores de suas políticas climáticas e ambientais. No Brasil, diversos grupos da sociedade civil enviaram carta conjunta ao governo dos EUA, denunciando que qualquer negociação com o atual governo brasileiro poria em risco a Amazônia e os direitos humanos, principalmente das populações indígenas, dos quilombolas e das comunidades ribeirinhas. Segundo Marcio Astrini, secretário-executivo do Observatório do Clima, o combate ao desmatamento pode ser feito por meio de agências de fomento ou em parceria com governadores, universidades e comunidades indígenas ao invés de

transferir recursos ao governo federal. Portanto, essas possíveis negociações representam uma importante contradição no âmbito do governo Biden, uma vez que um acordo com Bolsonaro, chamado de “o maior delinquente do planeta” pelo jornal New York Times, pode significar aumento do desmatamento ilegal.

Fontes: [The Guardian](#), 11/04/2021; [The Hill](#), 15/04/2021; [The Hill](#), 16/04/2021; [Folha de S. Paulo](#), 18/04/2021; [Folha de S. Paulo](#), 20/04/2021; [Folha de S. Paulo](#), 20/04/2021; [El País](#), 21/04/2021; [The Guardian](#), 22/04/2021; [Foreign Policy](#), 23/04/2021.

## Guillermo Lasso é eleito presidente do Equador

Em 11 de abril de 2021, ocorreu o segundo turno da eleição presidencial do Equador, em que se enfrentaram Andrés Arauz, pelo partido Centro Democrático, e Guillermo Lasso, pelo partido CREO. Arauz se apresentava como defensor do legado do ex-presidente Rafael Correa, enquanto Lasso se colocava como crítico deste e apoiador das políticas do atual presidente, Lenín Moreno, promotoras de uma austeridade fiscal, na política doméstica, e de uma proximidade com os Estados Unidos e com o Fundo Monetário Internacional (FMI), na política externa. Apesar de Arauz ter vencido o primeiro turno, realizado em 7 de fevereiro, Lasso reverteu a desvantagem e terminou o segundo turno com 52,36% dos votos válidos, após herdar grande parte dos votos dados a Yaku Pérez, candidato do partido Pachakutik, no turno anterior. Ainda no dia 11 de abril, Arauz e Correa reconheceram a vitória de Lasso, que, por sua vez, prometeu, em seu discurso de vitória, governar para todo o povo equatoriano. No dia 12 de abril, em entrevista à imprensa, Lasso anunciou que reconhecerá Juan Guaidó como presidente da Venezuela e que o convidará para sua posse, prevista para 24 de maio. No dia 20 de abril, em viagem à Colômbia, Lasso encontrou-se com o presidente Iván Duque e declarou-se a favor da defesa da democracia na vizinhança e da continuidade do processo de adesão do Equador à Aliança do Pacífico, a fim de alcançar uma maior abertura econômica no país. Lasso teve, em 23 de abril, uma conversa telefônica com Anthony Blinken, atual secretário de Estado dos Estados Unidos, e postulou-se como um aliado do governo Biden para, nos seus termos, restaurar a democracia na Venezuela.

Fontes: [Telesur](#), 11/04/2021; [El Universo](#), 20/04/2021; [El Mercurio](#), 24/04/2021.

## Primeiro turno das eleições presidenciais no Peru indica polarização entre direita e esquerda

No dia 11 de abril de 2021, foi divulgado o resultado do primeiro turno das eleições presidenciais no Peru, que apontou para uma polarização entre esquerda e direita. De um lado, encontra-se Pedro Castillo, candidato do partido Peru Libre, primeiro colocado no pleito, com 19,09% do total de votos. Castillo ganhou notoriedade ao liderar a greve nacional de professores em 2017 e 2018, e sua candidatura possui uma plataforma que preconiza uma maior intervenção do Estado na economia, defendendo temas como a nacionalização da indústria e a reforma agrária. No âmbito dos costumes, contudo, o candidato se aproxima do conservadorismo normalmente reivindicado por setores da direita, ao se posicionar contra pautas polêmicas, como o casamento entre pessoas do mesmo sexo e a legalização do aborto. De outro lado, está Keiko Fujimori, do partido Fuerza Popular, que conquistou 13,36% dos votos, em uma disputa acirrada pela segunda posição. Keiko é filha do ditador Alberto Fujimori, que se encontra preso por crimes de corrupção e crimes contra a humanidade. A candidata também foi implicada recentemente em supostos atos de corrupção envolvendo a empresa Odebrecht, tendo ficado detida por três meses no ano passado. Diferentemente de Castillo, Keiko defende uma política econômica de caráter neoliberal, mas converge com o esquerdista em questões relacionadas ao campo da moral. A herança fujimorista pode ser um obstáculo para a candidata, que possui 55% de rejeição, segundo o instituto Ipsos Peru. Chama atenção, entretanto, a quantidade de votos nulos e brancos, que juntos representam 17,5% do total, e a taxa de abstenção, que foi de 28%, em um país onde o voto é obrigatório. Esses números tornam o segundo turno imprevisível, uma vez que os candidatos têm ainda até o dia 6 de junho para conquistar o apoio dessa ampla parcela do eleitorado. Na mais recente pesquisa de intenção de voto conduzida pelo Ipsos, publicada no dia 3 de maio, Castillo lidera com 43% e Keiko tem 34%; contudo, há ainda 23% do total de eleitores que estão indecisos.

Fontes: [Gestión](#), 13/04/2021; [Gestión](#), 13/04/2021; [LatinoAmerica21](#), 22/04/2021; [O Globo](#), 01/05/2021; [La República](#), 03/05/2021.

## **Caso Vacunagate tem desfecho negativo para o ex-presidente peruano Martín Vizcarra**

No dia 16 de abril de 2021, os congressistas decidiram, por unanimidade, em favor da cassação dos direitos políticos do ex-presidente Martín Vizcarra, da ex-chanceler Elizabeth Astete e da ex-ministra da Saúde, Pilar Mazetti. Os três são acusados de terem utilizado de seus cargos para obter benefícios próprios, furando a fila da vacinação contra a Covid-19, em um escândalo que ficou conhecido como o Vacunagate. A denúncia é de que 487 funcionários do governo receberam doses da vacina Sinopharm, em um ensaio clínico ocorrido enquanto Vizcarra ainda era presidente. Com a cassação, o ex-mandatário peruano fica inelegível por 10 anos, o que o impede de assumir a vaga de deputado conquistada nas eleições do dia 11 de abril, quando obteve o maior número de votos dentre todos os candidatos a uma vaga no Legislativo. O advogado de Vizcarra, Fernando Ugaz, em contrapartida, acusa o plenário do Congresso de cometer crime de abuso de autoridade, argumentando que a defesa do ex-presidente não participou da sessão que resultou na cassação. Isso, segundo Ugaz, configuraria a quebra do devido processo legal, uma vez que o acusado não foi ouvido. Vizcarra disse, ainda, que pretende recorrer ao Tribunal Constitucional e a instâncias internacionais para suspender a decisão. Apesar da cassação, o juízo político não pode determinar responsabilidades penais pelo delito.

Fontes: [G1](#), 16/04/2021; [La República](#), 16/04/2021; [El Comercio](#), 17/04/2021; [La República](#), 20/04/2021; [Gestión](#), 23/04/2021.

## **Eleições regionais na Bolívia mostram perda de espaço do Movimento ao Socialismo (MAS)**

No dia 11 de abril de 2021, foi realizado o segundo turno das eleições regionais na Bolívia. O primeiro turno, realizado em março, elegeu os prefeitos e os governadores de cinco departamentos. Outros quatro departamentos tiveram seus governadores eleitos no segundo turno. A eleição correu com tranquilidade e foi acompanhada por observadores da Organização dos Estados Americanos (OEA). O Movimento ao Socialismo (MAS), partido do atual presidente Luis

Arce e do ex-presidente Evo Morales, elegeu 240 prefeitos dentre os 336 municípios do país e, com isto, se mantém o partido com a maior quantidade de prefeituras. No entanto, a maior parte destas são cidades pequenas, já que o partido só foi vitorioso em duas capitais: Sucre e Oruro. Nos departamentos, no entanto, o cenário é outro: se o MAS garantiu os governos de Cochabamba, Potosí e Oruro ainda no primeiro turno, perdeu os quatro departamentos - Tarija, Pando, La Paz e Chuquisaca - que disputou o segundo turno. Com isso, o partido, que até este pleito governava seis dos nove departamentos do país, agora governa apenas três. Por outro lado, os outros departamentos são governados por outros cinco partidos: Movimento Terceiro Sistema (MTS), Chuquisaca Somos Todos (CST), Jallalla Bolívia, Creemos e Unidos. Portanto, as eleições consolidaram uma oposição pulverizada ao MAS. O campo político ligado ao golpe de outubro e novembro de 2019 foi vitorioso apenas em um departamento: Luis Fernando Camacho, do Creemos, foi eleito governador de Santa Cruz ainda no primeiro turno. Jallalla Bolívia, partido novo que tem um de seus principais nomes em Eva Copa, ex-senadora pelo MAS, que recentemente rompeu com o partido, chamou atenção por ter elegido Felipe Santos Quispe como governador do departamento de La Paz e a própria Eva Copa como prefeita da cidade de El Alto, entre outras candidaturas. Tratou-se da primeira vez que o MAS enfrenta nas urnas uma oposição de esquerda, com candidatos de ascendência indígena, com resultados eleitorais significativos. Ainda que tenha se mantido como o maior partido do país, o pleito de abril mostrou uma perda de espaço político do MAS a nível departamental.

Fontes: [OEA](#), 05/04/2021; [El Comercio](#), 11/04/2021; [El Deber](#), 12/04/2021.

## **Sob liderança de Evo Morales, movimentos sociais fundam a Runasur**

NNos dias 24 e 25 de abril de 2021, movimentos sociais da Argentina, Bolívia, Equador e Venezuela se reuniram em Cochabamba para lançar a Runasur, espaço de integração de povos originários, organizações sindicais e movimentos populares sul-americanos. Impulsionada pelo ex-presidente da Bolívia Evo Morales, a iniciativa busca suprir a paralisação da União de Nações Sul-Americanas

(Unasul) após os impasses que levaram ao seu enfraquecimento. Assim, enquanto a Unasul se constituiu como uma organização intergovernamental sujeita às mudanças político-eleitorais nos países membros, a Runasur seria ancorada nos movimentos sociais em busca de maior unidade continental na forma de uma América Plurinacional. Além dos anfitriões bolivianos, a reunião contou com a participação de representantes da Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador (Conaie) e da Central de Trabalhadores da Argentina (CTA). Por parte da Venezuela, participaram representantes tanto da chancelaria quanto de movimentos agrupados no Instituto Simón Bolívar para a Paz e Solidariedade entre os Povos (ISB). A organização terá sede na Bolívia e quatro subsedes localizadas no norte, sul, leste e oeste do continente, buscando congregar movimentos de todos os doze países sul-americanos. Dentre os princípios defendidos pela organização estão a unidade soberana dos povos para lutar contra o capitalismo, imperialismo e neocolonialismo, bem como o respeito à mãe-terra como sujeito de direitos para o bem-viver. A criação da Runasur ocorre em um momento de crescimento dos movimentos indígenas na região - com forte peso eleitoral recente na Bolívia, Peru e Equador - e do retorno de Morales à Bolívia na condição de ex-presidente, aglutinando organizações indígenas, sindicatos e movimentos sociais com quem dialogou durante o exílio.

Fontes: [Telesur](#), 24/04/2021; [El Deber](#), 25/04/2021; [Éxito Noticias](#), 25/04/2021; [Página Siete](#), 25/04/2021; [Página Siete](#), 26/04/2021.

## Uruguai propõe flexibilizar o Mercosul

No dia 26 de abril de 2021, o Uruguai apresentou uma proposta de flexibilização do Mercosul durante a reunião do Conselho do Mercado Comum (CMC), Órgão decisor do bloco. O ministro de Relações Exteriores do país, Francisco Bustillo, afirmou que essa é a primeira vez que uma proposta de flexibilização é formalizada no Mercosul. Já a ministra da Economia, Azucena Arbeleche, informou que a proposição uruguaia foi trabalhada em conjunto com o Brasil. Dentre as principais medidas sugeridas pelos representantes do governo uruguaio, encontram-se a redução da tarifa externa

comum (TEC) e a possibilidade de que os países-membros do bloco negociem acordos comerciais individualmente mesmo que todos eles estejam negociando em conjunto com um determinado país ou bloco regional. No entanto, a proposta uruguaia não teve apoio da Argentina e do Paraguai. O governo uruguaio reconheceu as dificuldades nas negociações, porém se manteve otimista, já que o assunto ainda será discutido no âmbito do Grupo Mercado Comum (GMC), Órgão executivo do bloco. O chanceler Bustillo é quem tem capitaneado a proposta uruguaia. Buscando aprofundar as discussões sobre o Mercosul e ampliar as iniciativas de inserção comercial do país, ele convidou para participarem do processo decisório todos os líderes dos partidos políticos que integram a coalizão governista – conhecida como “multicolorida” – e o líder da maior coalizão partidária de oposição, a Frente Ampla. Segundo comunicados oficiais divulgados pela chancelaria uruguaia, Bustillo reuniu-se no dia 12 de abril com os seguintes integrantes da frente governista: Júlio Maria Sanguinetti (secretário-geral do Partido Colorado); o senador Guido Manini Ríos (líder do Cabildo Abierto); Pablo Iturralde (presidente do diretório do Partido Nacional); e o ministro do Trabalho Pablo Mieres (líder do Partido Independente). No dia seguinte, o chanceler fez uma reunião com Javier Miranda, presidente da Frente Ampla.

Fontes: [Ministerio de Relaciones Exteriores de Uruguay](#), 12/04/2021; [Ministerio de Relaciones Exteriores de Uruguay](#), 13/04/2021; [El Observador](#), 13/04/2021; [El Observador](#), 26/04/2021; [El Observador](#), 26/04/2021; [El País](#), 26/04/2021; [El Observador](#), 27/04/2021.

## Na Colômbia, protestos e greve irrompem no pior momento da pandemia

Em 28 de abril de 2021, iniciaram-se intensos protestos na Colômbia contra várias políticas do presidente Iván Duque, principalmente a reforma tributária que, apresentada ao Congresso, culminou em uma greve geral. O governo justificou a reforma pelo déficit fiscal e a necessidade de procura de recursos para manter programas sociais. No entanto, a proposta teve forte oposição entre vários setores políticos, inclusive alguns integrantes do partido de governo. A greve geral e as mobilizações ocorrem no pior mo-

mento da pandemia no país. Na última semana de abril, a Colômbia superou os 500 mortos diários e as 70.000 mortes por Covid-19. Apesar disso, e do regresso de restrições por parte do governo nacional e dos governos locais para conter os contágios, têm ocorrido massivas mobilizações nas principais cidades do país. Em grandes cidades como Cali e Bogotá, os protestos deixaram mortos e feridos. Assim, apesar do aumento das denúncias de violência policial e de violação de direitos humanos por parte das Forças Armadas, o governo colombiano ordenou a militarização de algumas cidades. Em 02 de maio, o governo decidiu retirar o projeto de reforma tributária. Um dia depois o Ministro de Fazenda, autor do projeto, renunciou. No entanto, os protestos continuaram opondo-se à violência policial e às reformas do sistema de saúde e da previdência. Somado a isso, distintos setores criticam o descumprimento dos acordos de paz por parte do governo e o aumento do assassinato de líderes sociais.

Fontes: [France 24](#), 30/04/2021; [El Espectador](#), 30/04/2021; [El Tiempo](#), 30/04/2021; [BBC](#), 02/05/2021; [CNN](#), 04/05/2021; [El Espectador](#), 03/05/2021.

## **Mobilização de movimentos sociais no Sul Global permanecem na fase crítica da pandemia**

No dia 17 de abril de 2021, movimentos sociais comemoraram o dia internacional da luta camponesa, assim conhecido há 25 anos, desde o massacre do Eldorado dos Carajás. No ano de 1996, trabalhadores rurais foram mortos por reivindicar a desapropriação da Fazenda Macaxeira, apontada então como improdutiva. Como os trabalhadores bloquearam a estrada para a realização do protesto, a polícia militar foi acionada e então ocorreu o massacre. Desde então, movimentos sociais promovem um evento global em prol da data, e neste ano foi realizada uma campanha pela da soberania alimentar, que é o direito das pessoas de produzir alimentos saudáveis, nutritivos e culturalmente apropriados, utilizando recursos locais para atender às necessidades alimentares locais de suas comunidades. Durante a pandemia, o tema ganha ainda mais intensidade em razão da situação da fome e das dificuldades econômicas crescentes nos países do Sul Global. Anteriormente, no dia 2 de abril, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) anunciou que uma em cada três nações da região da América Latina e do Caribe está em situação de vulnerabilidade financeira.

Por sua vez, no dia 22 de abril, dia internacional da Mãe Terra, entrou em vigor, o Acordo de Escazú, que visa maior proteção para os defensores de direitos humanos ambientais. Todavia, foi ratificado apenas por 12 dos 46 países e territórios da região.

Fontes: [El País](#), 02/04/2021; [Agência Brasil](#), 17/04/2021; [Rebelión](#), 22/04/2021; [Via Campesina](#), 23/04/2021.

## **Manifestação no México pede fim de mineração em Áreas Naturais Protegidas**

No dia 27 de abril de 2021, manifestantes, acadêmicos e representantes de organizações de defesa do meio ambiente realizaram um protesto ao lado de fora do Senado mexicano, demandando a aprovação da lei que proíbe a realização de projetos de mineração em Áreas Naturais Protegidas (ANP). A proposta trata da reforma do artigo 46 da Lei Geral de Equilíbrio Ecológico e da Proteção ao Ambiente. Segundo os manifestantes, a superfície concedida a mineração em ANPs de caráter federal, estatal e municipal é de 2.39 milhões de hectares, onde operam, segundo o Serviço Geológico Mexicano, 73 projetos de mineração, alguns em áreas reconhecidas como Patrimônio Mundial e outras de valor emblemático. Além disso, segundo o Inventário Nacional de Áreas Contaminadas da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais, até 2015 as atividades de mineração deixaram 11 áreas altamente contaminadas dentro de sete ANPs. Os manifestantes elaboraram um documento com 35 mil assinaturas, porém não foram recebidos por nenhum senador, já que a sessão ocorreu de forma virtual. O meio ambiente não é o único atacado por esses projetos. Em 2020, o Centro Mexicano de Direito Ambiental contabilizou 90 agressões realizadas em 65 ataques distintos, com 18 defensores ambientais assassinados. No dia 5 de abril, teve início um julgamento que apura o óbito de seis mineiros após um vazamento de gás, ocorrido no dia 28 de outubro de 2013. O acidente aconteceu no poço Emilio del Valle, na cidade de León, México. As audiências vão determinar se a culpada pelo acidente é a empresa Hulla Vasco Leonesa. Os 16 dirigentes da mineradora são acusados pela morte dos seis mineiros, além do ferimento de mais oito

funcionários. Os responsáveis pela mineradora podem ser sentenciados com penas de três anos e meio de prisão, mais indenizações para as famílias das vítimas e dos trabalhadores feridos.

Fontes: [El País](#), 05/04/2021; [El Universal](#), 17/04/2021; [La Jornada](#), 27/04/2021.

## **China reforça compromissos assumidos em matéria de mudanças climáticas na Cúpula do Clima**

No dia 22 de abril de 2021, ocorreu a Cúpula do Clima organizada pelo governo dos EUA e coordenada por Joe Biden, reunindo de modo virtual cerca de 40 líderes mundiais para discutir estratégias de combate às mudanças climáticas, bem como para preparar as metas para a 26ª Conferência das Partes (COP26), marcada para o mês de novembro de 2021 em Glasgow. O discurso do líder da China, Xi Jinping, reafirmou os prazos prometidos anteriormente com intuito de reduzir a emissão de carbono. Ele destacou o compromisso chinês já divulgado no ano passado de que até 2060 o país passará ao status de emissão neutra de carbono. Xi Jinping reforçou a importância de trabalhar a questão climática em cooperação com os EUA a fim de mitigar as mudanças climáticas, bem como a importância de melhorar a governança global. As relações entre a China e os EUA foram marcadas por tensões durante o governo de Donald Trump (2016-2020) em diferentes temas. A reunião realizada mês passado no Alasca, que teve por objetivo aproximar os países na questão, acabou por evidenciar a diferença de posições. A China apresentou uma postura favorável ao equilíbrio e preservação do meio ambiente, afirmando o compromisso de atingir suas metas climáticas até 2030 e alcançar a neutralidade antes mesmo de 2060. Ademais, Xi Jinping declarou que o país vai limitar o consumo de carvão mineral como fonte de energia entre 2021 e 2025 e eliminar essa fonte de geração de energia tendo como prazo máximo o ano de 2030. Por fim, a fala do secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres, enfatizou a necessidade de os líderes mundiais agirem, primeiramente, organizando uma coalizão por emissão líquida zero e o retorno aos níveis de 2005 como parâmetro a ser atingido.

Fontes: [El País](#), 19/04/2021; [CNN Brasil](#), 22/04/2021; [G1](#), 23/04/2021.

## **Projeto para incluir a população LGBTI+ no sistema de identificação nacional avança na África do Sul**

No dia 23 de abril de 2021, o governo da África do Sul lançou, por meio do Departamento de Assuntos Internos, uma consulta pública com a pauta de mudar o sistema de identificação nacional, oriundo do período do Apartheid. A modificação visaria adicionar um terceiro gênero, no intuito de se modernizar e tornar a identificação menos binária. Em dezembro de 2020, o Departamento havia publicado um relatório, cujo acesso tornou-se público somente no dia 28 de fevereiro de 2021, que apontava que cerca de 530 mil sul-africanos se identificavam enquanto pessoas não-binárias. Neste relatório, o governo via com preocupação a incapacidade do sistema de identificação nacional de garantir que todos os cidadãos sul-africanos pudessem ser identificados legalmente em sua completude. A proposta governamental, então, prevê mudanças no sistema de identificação nacional a partir do reconhecimento de que as pessoas não-binárias, transgêneros e intersexo são excluídas das possibilidades de identificação por meio de um enquadramento no gênero masculino ou feminino após o nascimento (a numeração 0-4 indica o gênero masculino e a numeração 5-9 indica o gênero feminino). A solução se daria através da inclusão de uma categoria “X” para incluir as pessoas não-binárias, transgêneros e intersexo. A proposta do governo tem ampliado o debate sobre o reconhecimento dos direitos LGBTI+ na África do Sul, com argumentos contra e a favor da proposta que segue sujeita à consulta pública e posterior regulamentação. Sihle Mthiyane, chefe de estratégia do Departamento de Assuntos Internos, afirma que a mudança ainda levará anos para ser efetivada, mas garante que acontecerá para melhor acomodar a população LGBTI+. A medida é vista com bons olhos por ativistas, como por exemplo, Neville Gabriel, que é representante de uma organização de advocacy de direitos LGBTI+ na região.

Fontes: [Quartz Africa](#), 22/04/2021; [The Hub News](#), 23/04/2021; [The Pink News](#), 23/04/2021.

## África do Sul envia militares e SADC convoca Cúpula de emergência para enfrentar o terrorismo em Moçambique

No mês de abril, a escalada de violência do terrorismo em Moçambique provocou importantes reações diplomáticas na região. Depois do Estado Islâmico anunciar a tomada da cidade de Palma na província de Cabo Delgado, a 25 quilômetros do projeto de exploração de gás natural da multinacional Total, a África do Sul anunciou o envio de militares de sua Força Nacional (South African National Defence Force – SANDF), para repatriar cidadãos sul-africanos. Por sua vez, a Comunidade de Desenvolvimento para a África Austral (SADC) convocou uma Cúpula extraordinária para debater o caso no dia 8 de abril. O encontro resultou na criação de uma comissão técnica, que pode propor o envio de contingentes militares para apoiar Moçambique. A SADC tem bases jurídicas para uma resposta militar, que pode ocorrer como assistência militar mediante solicitação, autodefesa coletiva ou a intervenção militar aprovada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas. Os dois primeiros contemplam a cooperação fundada no consentimento moçambicano; o terceiro pode ser usado com base no capítulo VII da Carta da ONU. A proposta seria discutida dia 29 de abril, durante a reunião extraordinária do Comitê Ministerial do Órgão da Política de Defesa e Segurança da SADC. Todavia, a reunião, que ocorreria em Maputo, foi adiada devido à indisponibilidade dos Presidentes do Botswana, infectado com Covid-19, e da África do Sul, que vai ser testemunha no inquérito sobre corrupção de seu antecessor, Jacob Zuma.

Fontes: : [DW](#), 02/04/2021; [Público](#), 03/04/2021; [SADC](#), 08/04/2021; [ISS](#), 22/04/2021; [RFL](#), 27/04/2021; [Times Live](#), 28/04/2021.

## OMS enfrenta desafios na distribuição de vacinas no Sul Global

No dia 6 de abril de 2021, uma fonte governamental do Haiti levou à agência Efe, sob condição de anonimato, a informação da recusa do governo haitiano à oferta da Organização Mundial da Saúde (OMS) via Covax Facility, programa de distribuição de vacinas da organização. Segundo a fonte, a negativa à vacina partiria dos distúrbios globais que

a cercam, e pela avaliação de que os haitianos não aceitariam o imunizante. Para a OMS, benefícios da vacina AstraZeneca superam riscos de raros casos de trombose. Jarbas Barbosa, vice-diretor da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), afirmou que há diálogo sobre as informações científicas da vacina e que, mantendo-se a recusa, as 756 mil doses serão realocadas. No dia 9 de abril, o Ministério da Saúde Pública e População (MSPP) do Haiti, por meio do ministro Dr. Lauré Adrien, indicou que a informação noticiada é uma interpretação equivocada do caso. A subnotificação dos casos de coronavírus, o cenário de conflitos e violações de direitos humanos na ilha tornaram a questão sanitária secundária e o Haiti segue como único país latino-americano sem vacinados. A Venezuela, que fez parte do consórcio e já realizou o pagamento de mais da metade do dinheiro solicitado para integrar o Covax, também negou as doses da AstraZeneca reservadas e destacou que posteriormente informará quais vacinas serão adquiridas por esta via. A Índia, que no dia 24 de abril, enfrentando a crise pela falta de fornecimento de oxigênio, havia decidido renunciar impostos aduaneiros sobre oxigênio, vacinas e medicamentos para tratar a Covid-19, causou novo impacto ao programa de consórcio da vacina. No dia 28 de abril, devido ao aprofundamento da crise sanitária e ao tornar-se o principal foco da pandemia, congelou as exportações de vacinas, incluindo as do Covax, para priorizar seu abastecimento doméstico. Jarbas Barbosa, indicou Bolívia, Haiti e Nicarágua como países diretamente afetados. No dia 15 de abril, El Salvador, também participante do Covax, alcançou o marco de 500 mil habitantes imunizados com ao menos a primeira dose. Paralelamente, a vacinação pouco avança no Sul Global. No Brasil, no dia 27, foi instalada a CPI da Covid-19 para apurar irregularidades cometidas na gestão do governo de Bolsonaro relacionadas à pandemia, como por exemplo, a recusa de compra de vacinas. Cuba, por sua vez, não iniciou sua campanha de imunização nacional, todavia, a razão é o país estar desenvolvendo imunizantes próprios, que estão na última fase antes da aprovação. José Moya, representante da OPAS em Cuba, destacou o desenvolvimento científico e a experiência de 30 anos do país em fabricar vacinas que possibilitaram este feito para produção da primeira vacina inteiramente latino-americana.

Fontes: [Vant Bef Info](#), 06/04/2021; [UN News](#), 07/04/2021; [El País](#), 13/04/2021; [Correio Braziliense](#), 14/04/2021; [Notiamérica](#), 15/04/2021; [Estado de Minas](#), 18/04/2021; [Folha de S. Paulo](#), 26/04/2021; [Istoé](#), 28/04/2021.

## Rússia estabelece acordos para ampliar fornecimento da SputnikV

No dia 14 de abril de 2021, foi anunciada uma parceria entre o Fundo Russo de Investimento Direto (RDIF) e o Instituto de Virologia, Vacinas e Soros Torlak para a produção da vacina russa Sputnik V contra o coronavírus na Sérvia. Além desta parceria - a segunda consolidada fora da Rússia, após acordo com a Bielorrússia - mais duas negociações com o mesmo propósito estão em andamento com Índia e Coreia do Sul. Após episódios de atrasos no fornecimento da vacina em países do Sul Global e do ritmo da vacinação da população russa – até 1º de maio, pouco menos de 11% do total – o governo de Vladimir Putin tem se movimentado para evitar novas falhas no abastecimento da vacina. Os atrasos, que variaram de uma a duas semanas no começo de 2021, impactaram os planos nacionais de imunização de países como Argentina, Bolívia, Venezuela, México e Paraguai, além de terem colaborado para o aumento das críticas da comunidade internacional em relação à confiança na escolha do imunizante russo. Até o momento a Sputnik V foi registrada em 60 países, e segue despertando o interesse de países da Europa como Itália, França, Alemanha e República Tcheca. A Rússia aposta no sucesso da estratégia de ampliação dos acordos para a fabricação da Sputnik V fora de seu território, com vistas a assegurar o abastecimento da vacina e evitar novos atrasos nos planos nacionais de imunização de países parceiros.

Fontes: [TASS](#), 14/04/2021; [BBC](#), 17/04/2021; [The Moscow Times](#), 01/05/2021.

## Redes sociais excluem publicações a mando do governo indiano

Em 23 de abril de 2021, o governo indiano solicitou às redes sociais Twitter, Facebook e Instagram que excluíssem algumas publicações que criticavam a maneira como o governo está combatendo a segunda onda da Covid-19. A Lei de Tecnologia da Informação de 2000 foi utilizada pelo governo para o bloqueio de tais informações com base na defesa da soberania e da integridade da Índia, uma vez que essas postagens poderiam provocar pânico e dificultar a resposta à pandemia, pois muitas delas compartilhavam fotos e vídeos de pacientes em macas e de corpos sendo cremados, mas datavam de meses atrás. As empresas que responderam ao pedido de exclusão

tornaram algumas dessas postagens invisíveis em seus respectivos sites para quem os utiliza dentro do país, afetando cerca de cem publicações. A maioria dessas postagens foi feita por volta do dia 20 de abril e, dentre seus autores, estão dois cineastas, um ator e alguns políticos da oposição. Moloy Ghatak, ministro do Trabalho do estado de Bengala Ocidental, e Revanth Reddy, membro do Parlamento indiano, publicaram sobre a falta de oxigênio e de vacinas que contribuem para o número crescente de infecções e mortes por Covid-19. Ghatak, em particular, defendeu que o presidente Ram Nath Kovind fosse diretamente responsabilizado por essas mortes, sob acusação de má-gestão. Não é a primeira vez que a política do presidente Kovind e do primeiro-ministro Narendra Modi se estende às redes sociais e que a crise sanitária se mescla com uma crise política, em vista da interferência do governo na liberdade de expressão de sua população.

Fontes: [Medianama](#), 24/04/2021; [Times of India](#), 25/04/2021; [News 18](#), 25/04/2021; [The News York Times](#), 25/04/2021; [Reuters](#), 27/04/2021.

## Organizações arrecadam doações para deslocados forçados e outros grupos em vulnerabilidade durante o Ramadã

No dia 13 de abril de 2021, foi dado início ao mês sagrado dos muçulmanos, também conhecido como Ramadã. No dia 16 de abril, o jornal Khaleej Times anunciou que nas próximas semanas o Programa Alimentar Mundial da ONU realizará a distribuição de 20.8 milhões de refeições em campos de refugiados na Jordânia. A renda para esta ação foi arrecadada através da campanha “100 Million meals”, que começou no dia 11 de abril e conta com a contribuição de pessoas físicas e empresas ao redor do mundo. Esta campanha busca beneficiar comunidades de baixa-renda do Oriente Médio, da Ásia e África, alcançando um total de 20 países durante o Ramadã. Desde 2016, o Alto Comissariado das Nações Unidas (ACNUR) também realiza uma campanha anual de arrecadação para o Ramadã. A campanha deste ano se chama “Every Second Counts”, fazendo referência à rapidez com que os conflitos e a violência atingem as vidas das pessoas e como um momento de solidariedade pode contribuir para modificar essa realidade. A campanha atingiu uma arrecadação significativa, pois enquanto em 2016 e 2017 foram arrecadados menos de US\$ 5 milhões, em 2021 esse valor chegou a US\$ 46,5 milhões. A renda obtida com este projeto permitiu com que o ACNUR auxiliasse

três milhões de refugiados e deslocados internos em 13 países nos últimos cinco anos. A Fundação de Ajuda Humanitária (IHH, na sigla em turco) também tem recebido doações de diversas províncias ao redor da Turquia e de outros países ao redor do mundo. Os valores recebidos serão convertidos em refeições para 850 mil pessoas em situação de vulnerabilidade que se encontram em províncias sírias. ONGs como a Islamic Relief Bangladesh e a Qatar Charity também têm se unido com o governo de Bangladesh, a fim de providenciar repasse de alimentos durante o Ramadã para os refugiados Rohingya, que se encontram no país, na ilha de Bhasan Char.

Fontes: [UNHCH](#), 12/04/2021; [Daily Sabah](#), 13/04/2021; [BBC](#), 13/04/2021; [Arab News](#), 15/04/2021; [Khaleej Times](#), 16/04/2021.

## Presidente turco causa incidente diplomático com presidenta da Comissão Europeia

No dia 6 de abril de 2021, um mês após a Turquia sair da Convenção de Istambul, que declara que homens e mulheres possuem direitos iguais e obriga as autoridades estaduais a tomar medidas para prevenir a violência de gênero contra as mulheres, proteger as vítimas e processar os perpetradores da violência, o presidente turco, Recep Tayyip Erdoğan, cometeu um incidente diplomático ao deixar a líder da Comissão Europeia, Úrsula Von der Leyen, sem cadeira reservada e relegada a um sofá afastado dos outros líderes presentes na reunião (Erdoğan e Charles Michel, presidente do Conselho Europeu), que tiveram direito a cadeira que correspondia às suas respectivas posições de poder. A gafe ficou conhecida como “sofagate”, expressão que se refere ao desrespeito institucional e sinal de machismo, tendo em vista que foi Von der Leyen, uma líder mulher, quem ficou colocada em segundo plano. Em reação ao incidente diplomático, Von der Leyen atribuiu o ocorrido à discriminação que as mulheres sofrem e reiterou que, no encontro com Erdogan, reforçou sua profunda preocupação com a saída da Turquia da Convenção de Istambul para a prevenção e combate à violência contra mulheres e crianças. Por sua vez, Michel justificou que, na ocasião, não interveio porque não queria criar um incidente político ainda mais grave, no entanto, reafirmou o seu compromisso em apoiar as mulheres e a igualdade de gênero. Já o governo turco afirmou que não houve

nenhum desprezo para com a presidenta da Comissão Europeia e que as exigências da União Europeia na atribuição de lugares foram cumpridas.

Fontes: [Público](#), 08/04/2021; [Contacto](#), 14/04/2021; [DW](#), 27/04/2021.

## Conselho de Segurança da ONU é instado a punir violência sexual em conflitos

OEm 14 de abril de 2021, o Conselho de Segurança das Nações Unidas convocou uma reunião aberta no âmbito da agenda de Mulher, Paz e Segurança para debater o tema da violência sexual em conflitos armados. O debate examinou os desafios persistentes e identificou medidas para a prevenção e resposta à questão, conferindo preocupação destacada ao apoio e ao suporte para vítimas. Na nota conceitual do debate, os Estados membros foram instados a fortalecer a legislação para promover a responsabilização pela violência sexual, prevenir e eliminar o referido crime em conflitos e fortalecer o acesso à justiça para as vítimas. Além disso, a nota conceitual também destacou que o momento é uma oportunidade para revisar as políticas e os programas em todos os níveis, com o objetivo de superar suas deficiências e insuficiências. Durante a reunião, o secretário-geral da ONU, António Guterres, recomendou ao órgão que encaminhasse casos de violência sexual relacionada a conflitos em vários países ao Tribunal Penal Internacional (TPI). A embaixadora dos Estados Unidos na ONU, Linda Thomas Greenfield, instou o Conselho de Segurança a ter maior atenção para os casos de violência sexual em massa por elementos militares, especialmente para os relatos de troca sexo por produtos básicos e de violência sexual contra mulheres e meninas em campos de refugiados. Acrescentou que a comunidade internacional deve estabelecer mecanismos imediatos de proteção e ajuda humanitária, além de realizar investigações independentes e confiáveis para responsabilizar os autores desses crimes. Por sua vez, a delegação chinesa condenou veementemente a violência sexual como meio de guerra e terror. Igualmente, afirmou que a comunidade internacional deve concentrar-se nas causas profundas do conflito para erradicar os criadouros da violência sexual, sem prejuízo da atenção aos princípios de não ingerência nos

assuntos internos e da promoção do diálogo. Por fim, o representante da Índia afirmou que, apesar da forte estrutura do Conselho contra a violência sexual em conflito, o desrespeito pelas partes conflitantes continua assustadoramente alto. Em seu discurso, enfatizou a necessidade de prevenir atrocidades, de acabar com a impunidade, bem como de reabilitar e de reintegrar sobreviventes. Também exortou os Estados a desenvolverem estruturas legais em conformidade com os padrões internacionais e garantirem o julgamento dos casos de violência sexual.

Fontes: [Estado de Minas](#), 14/04/2021, [IstoÉ](#), 14/04/2021; [Memo](#), 16/04/2021.

## Sobre o LATITUDE SUL:

O LATITUDE SUL é uma plataforma de produção e difusão de informações e conhecimento sobre o lugar político, econômico, social e epistemológico do “Sul” nas relações internacionais, congregando, para isso, quatro grupos de pesquisa do CNPq.

[latsul.org](http://latsul.org)

